

TRANSFORMAÇÕES NA TERRITORIALIDADE INDÍGENA PARAKANÃ

Rodrigo Wienskoski Araujo¹

RESUMO: Entre os projetos de maior destaque da Ditadura Militar Brasileira está a abertura da Rodovia Transamazônica (BR-230) que interferiu na organização territorial de diversos povos indígenas do país. Esse é o caso dos Parakanã que vivem na Terra Indígena (TI) Parakanã. O objetivo principal deste texto é analisar o processo de transformação da territorialidade indígena Parakanã a partir da consolidação da Rodovia Transamazônica. Para o desenvolvimento do trabalho foi necessário realizar atividades iniciais de gabinete como a compilação de dados bibliográficos, cartográficos e acervo fotográfico. Os Parakanã durante muitos anos conseguiram conter o contato com a sociedade nacional, mas com a pressão das Frentes de Atração da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Estado conseguiu aos poucos aldear os Parakanã que habitavam as proximidades da rodovia. É neste ponto que recai a desterritorialização sobre esse povo, eles foram privados dos elementos fundamentais da sua territorialidade, desarticulando os vínculos e as práticas territoriais que haviam construído. A territorialidade Parakanã foi se modificando com a dinâmica da Amazônia brasileira, a maioria dos povos indígenas têm vínculos diferenciados com a terra, o que permite a flexibilidade no momento de conceber o território. Não existe uma necessidade de posse da terra, aos moldes da nossa sociedade ocidental, pois é a presença de inimigos, a mobilidade, as roças coletivas, os rituais e etc., que se constituem nos elementos essenciais do território e, conseqüentemente, da territorialidade.

PALAVRAS-CHAVES: Territorialidade; Parakanã; Rodovia Transamazônica.

INTRODUÇÃO

Esse texto foi construído junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (POSGEA) através da orientação de mestrado do professor Dr. Álvaro Luiz Heidrich. A dissertação foi concluída em setembro de 2017 e este trabalho apresenta os resultados da pesquisa que buscou compreender o processo de transformação da territorialidade indígena Parakanã.

A Rodovia Transamazônica (BR-230) cortou o território de diversos povos indígenas no início dos anos 1970, para amenizar os conflitos e mascarar as reais intenções do Estado, medidas foram tomadas para reorganizar e evitar o extermínio completos dos

¹Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS (POSGEA), rodrigogas@gmail.com

indígenas envolvidos. Atualmente os Parakanã vivem em duas terras indígenas: Parakanã e Apyterewa, que estão separadas por muitos quilômetros, e inseridas em dois contextos distintos. Enquanto a TI Apyterewa é rodeada por outras terras indígenas (Trincheira Bacajá, Koatinemo e Araweté Igarapé Ipixuna), formando uma grande área de preservação próxima ao rio Xingu, a TI Parakanã está “isolada” nas proximidades do rio Tocantins.

Essa separação é um reflexo da história recente de ocupação da Amazônia, todavia, a primeira grande divisão Parakanã, que se tem notícia, ocorreu no final do século XIX, ocasionada por divergências que até hoje não foram completamente superadas. Essa separação ajudou a constituir dois grandes grupos conhecidos como Ocidentais e Orientais (FAUSTO, 2001). Na TI Apyterewa habitam os Parakanã Ocidentais, já na TI Parakanã (que foi o foco da pesquisa) é possível encontrar representantes dos dois lados.

Essa nomenclatura foi adotada pelo antropólogo Carlos Fausto que utilizou como critério a localização geográfica que ocupavam nas bacias hidrográficas dos rios Xingu e Tocantins no momento da abertura da rodovia Transamazônica.

Segundo Carlos Fausto (2001) os Orientais usavam originalmente áreas próximas aos afluentes do rio Tocantins e mantinham atividades de caça, coleta e diversificada agricultura. A mobilidade era restrita, o deslocamento das aldeias ocorria apenas com o esgotamento das roças ou devido aos ataques de inimigos. Já seus parentes próximos, os Ocidentais, abandonaram progressivamente a horticultura e se especializaram na caça e nas atividades de guerra.

Com a abertura da BR-230 a situação dos Parakanã se altera bruscamente, primeiro devido aos contatos promovidos pela Frente de Atração da FUNAI, que localizou os Orientais nas imediações do igarapé Lontra, afluente do Bacuri em novembro de 1970. Logo nos primeiros dias de convivência, os indígenas foram assolados por doenças diversas. A “pacificação” foi iniciada e se configurou em uma experiência dramática para os Parakanã. Entre as décadas de 1970 e 1980 foram contatados em diferentes locais, e agrupados em dois acampamentos da FUNAI próximos ao rio Tocantins. Outros dois grupos familiares ainda seriam localizados em 1983 e 1984, e remanejados para um terceiro aldeamento próximo ao rio Xingu. Assim, a TI Parakanã é constituída por

Orientais e Ocidentais, enquanto que a TI Apyterewa conta apenas com Parakanã Ocidentais localizados nas últimas duas investidas da FUNAI (RICARDO, 1985).

Após a BR-230 outro grande empreendimento estatal afetou consideravelmente a vida deste povo. No final dos anos 1970 a Ditadura Brasileira iniciou as pesquisas para execução da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, finalizada em 1984. Os estudos de viabilidade da Central Elétrica do Norte do País S/A (ELETRONORTE), empresa responsável pelo empreendimento, indicavam que a área do reservatório no rio Tocantins afetaria os Parakanã aldeados após a abertura da Transamazônica. Os Orientais e Ocidentais foram novamente deslocados e assentados, respectivamente, em duas aldeias denominadas de Paranatinga e Maroxewara.

Após diversas denúncias de descasos com os povos indígenas, a FUNAI em parceria com a ELETRONORTE promoveu o “Projeto Parakanã” em 1978, remodelado com o nome Programa Parakanã (PROPKN) no final dos anos de 1980. Entre os principais objetivos estava a tentativa de amenizar os impactos da hidrelétrica sobre os Parakanã. Ao longo dos anos a população cresceu, formando novas aldeias com base na descendência das duas primeiras, mesmo assim, as disputas do passado deixaram marcas entre os grupos, que mesmo vivendo na mesma terra indígena têm dificuldades de relacionamento.

Após duas décadas de relativa estabilidade os Parakanã foram afetados por outro empreendimento do Governo brasileiro. No ano de 2005 iniciaram os estudos ambientais para pavimentação da Transamazônica e da BR-422/PA. Estas pesquisas tiveram como objetivo realizar a avaliação dos possíveis impactos das obras de pavimentação no contexto local e regional, e indicar programas de mitigação/compensação conforme prevê a legislação ambiental. O Estado novamente deixou de lado os interesses dos povos indígenas e não realizou estudos específicos sobre os impactos da obra nas terras indígenas. Após diversas disputas, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) foi obrigado a realizar os Estudos de Componente Indígena (ECI) da BR-230/PA e BR-422/PA. Trabalhos que foram encerrados apenas em 2016. Neste contexto turbulento entre os anos de 1970 e 2016 os Parakanã precisaram se reestruturar devido as novas condições impostas sobre seu território originário, assim sua



XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO
XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

territorialidade foi remodelada e novas formas de vivenciar o território foram constituídas com base na sua percepção do espaço.

OBJETIVOS

Através da breve experiência descrita anteriormente, foi possível perceber o problema que o Estado gerou para os Parakanã. Novos atores chegaram ao interflúvio do Xingu-Tocantins e foram determinantes para a transformação da territorialidade indígena. Os Parakanã foram contatados pela Frente de Atração da FUNAI e tiveram que abandonar seu território construído ao longo de anos de liberdade na floresta, para viver sob a “proteção” do Estado brasileiro.

O objetivo principal da pesquisa foi compreender o processo de transformação da territorialidade indígena Parakanã constituída ao longo dos últimos anos. Desta forma, foi necessário reconstruir o território Parakanã no período de contato; compilar e analisar a legislação associada ao processo de demarcação dos territórios indígenas; identificar os atores envolvidos no processo de fixação dos Parakanã no atual território e; verificar as interferências nos vínculos e nas práticas territoriais do povo em questão.

FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS E OPERACIONAIS

Para o desenvolvimento da pesquisa foi necessário realizar o levantamento da legislação brasileira a respeito do tema (dados coletados através do Portal da Legislação – Governo Federal), o segundo passo se constituiu na organização do material bibliográfico e documental sobre os Parakanã (extraído principalmente da Biblioteca Curt Nimuendaju mantida pela FUNAI), além de construir diferentes mapas temáticos que ajudaram a analisar limites do entorno do território indígena.

Os mapas utilizados para a interpretação dos fenômenos foram construídos através do aplicativo de Sistema de Informações Geográficas (SIG) ArcGis 10.2.2. Já a base de

Realização:



dados vetorial e matricial, foi coletada junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEx) e no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) – cabe destacar que essas instituições fornecem grande diversidade de informações cartográficas de forma gratuita nos seus respectivos portais eletrônicos.

As informações levantadas foram sistematizadas e analisadas em gabinete com base na bibliografia. Os resultados foram constituídos com o apoio da técnica de pesquisa “análise de conteúdo”. Segundo Bardin (1979, p. 42) a análise de conteúdo é “Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. A análise de conteúdo está sistematizada na bibliografia consultada de diferentes formas, mas para esta pesquisa os dados passaram por três fases principais:

A **Pré-análise** corresponde a fase que busca colocar as ideias iniciais em condições de interpretação, onde é possível selecionar quais informações são relevantes. Apresenta um exame flutuante com a escolha das informações que estão associadas aos objetivos da pesquisa.

A segunda etapa, a **Elaboração de códigos e categorias**, busca realizar a exploração do material. Para tanto, foi elaborado um grupo de categorias iniciais que mudavam e surgiam ao longo de toda a pesquisa, pois eram influenciadas pela bibliografia especializada e pela interpretação dos fatos que surgiam. Posteriormente essas categorias iniciais foram organizadas em categorias finais, que são mais complexas e em menor número. Essa nova codificação apresentava elementos de caráter explicativo, onde se buscava sentido para as informações observadas, como por exemplo: Territorialidade, Desterritorialização e Reterritorialização.

A terceira parte da metodologia corresponde ao **Tratamento dos resultados, inferência e interpretação**. As categorias criadas através das perspectivas apresentadas foram aplicadas às unidades de registro, na análise de conteúdo as unidades de registro são agrupadas tematicamente, onde se procura através do processo indutivo e inferencial, compreender o sentido e outros significados que estão relacionados ao referencial teórico da pesquisa (SILVA; FOSSÁ, 2013). Para a formulação das relações encontradas entre as

categorias é necessário identificar (através das categorias) as causas (inferências) associadas aos diferentes atores envolvidos no processo de contato com os Parakanã, o fenômeno (conceitos) e as consequências (proposições) de cada ato.

RESULTADOS ATINGIDOS

A metodologia proposta ajudou a perceber que os Parakanã vivenciaram o território de três formas distintas em sua história, com marcas profundas na sua territorialidade. A primeira parte está registrada apenas por relatos dos pesquisadores e sertanistas que estiveram com os Parakanã no processo de contato e na demarcação da terra. As informações são muito restritas devido ao isolamento destes indígenas com relação à sociedade envolvente ao longo de quase toda sua história. Existe um período de transição, que corresponde ao momento que os Parakanã passaram a ter relações esporádicas com colonos e com a Frente de Atração do órgão indigenista brasileiro. Fato que se inicia no final dos anos de 1890 e se intensifica na metade dos anos 1950, e vai até a fixação nos postos de atração constituídos para a abertura da Transamazônica.

O modelo de ocupação que o Estado colocou à prova na Amazônia encontrou os Parakanã em situações distintas, o que nos leva à construção de diferentes narrativas para explicar as práticas territoriais dos Orientais e dos Ocidentais: Na primeira delas, a Frente de Atração, encontrou cerca de duzentos indígenas que viviam em torno de um aldeamento, com encontros raros com a sociedade envolvente. Por outro lado, os Ocidentais promoviam deslocamentos pela floresta, que estavam sempre amparados por um ponto comum de encontro, a roça de mandioca. Os Ocidentais mantiveram diversos contatos com a sociedade envolvente, sempre que lhe era de interesse, até o momento que se viram cercados por fazendas e grupos indígenas já contatados. Carlos Fausto reforça que a concepção espacial dos Parakanã possuía duas perspectivas completamente distintas:

Os Blocos diferenciavam-se, assim não apenas nas estratégias de subsistência, mas também nos mecanismos sociológicos de produção e reprodução do grupo: de um lado, poligamia generalizada; de outro, isolamento, centralização, morfologia social dualista, poligamia restrita. Enquanto que os ocidentais

ampliavam sua zona de atuação, desferindo seguidos ataques contra novos inimigos, raptando várias mulheres e tomando bens, os orientais isolavam-se e defendiam-se das intrusões em seu território. Mas estas, tirando-se os ataques de seus ex-parentes, eram pouco significativas: um ou outro castanheiro e, na década de 1920, dois índios tapi'pya, remanescentes, segundo dizem, do grupo de Moakara. (FAUSTO, 2001, p.62).

Considerando a territorialidade como uma estratégia social, os Parakanã usavam os conhecimentos que possuíam do espaço geográfico para traçar suas relações cotidianas e organizar suas ações no território que projetaram. Podiam se deslocar, construir roças e se relacionar com seus vizinhos porque conheciam e sabiam o que poderiam enfrentar. Desta forma, construíram um território e adaptaram sua territorialidade às condições do interflúvio do Xingu-Tocantins, o território não existe a priori, ele é vivenciado pelos indígenas ao longo dos anos na floresta. Assim, como lembra Rogério Haesbaert (2013), o território não envolve somente um controle/poder físico e material, mas também um controle/poder sobre fatores de ordem simbólica.

Com a abertura da rodovia Transamazônica a territorialidade de cada grupo é sufocada pelas tentativas do Estado de promover o aldeamento. Este segundo momento identificado no trabalho é talvez o mais traumático para os Parakanã, pois condiz com a tentativa do Governo de promover a integração dos indígenas à sociedade nacional. Eles foram divididos em três reservas que futuramente formariam duas terras indígenas (Apyterewa na bacia hidrográfica do rio Xingu e Parakanã na bacia hidrográfica do rio Tocantins) sem considerar as particularidades de cada grupo. No médio Tocantins os Parakanã foram aldeados em duas áreas: A Reserva Indígena Parakanã, com uma aldeia Oriental nas margens do igarapé do Lontra e a Área Indígena do Posto Pucuruí onde foram alojados parte dos Ocidentais que seriam contatados na bacia do rio Xingu.

A nova organização promovida pelo Estado manteve a separação entre os dois grupos (Oriental e Ocidental), aparentemente os funcionários da FUNAI identificaram rapidamente os problemas históricos existentes entre eles. O modelo tutelar imposto pelos militares rapidamente ocasionou uma série de problemas para os indígenas, pois representava um modelo reproduzido para todos os povos contatados, sem considerar suas especificidades. Além disso, nos primeiros anos sofreram também com sucessivos deslocamentos para atender as necessidades da Frente de Atração. Agora eram os

funcionários do Governo que ditavam as regras, a territorialidade dos Parakanã foi sendo gradativamente enfraquecida (o processo de desterritorialização seguia seu curso).

Com a perspectiva do Estado de construir a Hidrelétrica de Tucuruí foi necessário realocar os Parakanã mais uma vez. A última fase identificada na pesquisa é caracterizada pelo início da segunda fase do Programa Parakanã em 1987 e pela consolidação da demarcação da TI Parakanã. Os grupos são assentados “definitivamente” nas aldeias Paranatinga (Orientais) e Maroxewara (Ocidentais).

Ao apontar essas fases é importante destacar que elas não buscam identificar estruturas rígidas para cada momento. O início do PROPKN, por exemplo, não representou significativas mudanças para os membros deste povo. Entretanto, é perceptível que nesses três momentos existam particularidades importantes, que devem ser consideradas para conseguirmos apontar o que seria o “Território Parakanã” e, conseqüentemente, elementos diferenciados na construção da territorialidade do grupo. Com a consolidação da terra indígena, aumentaram as possibilidades para eles se adaptarem à nova realidade existente no médio Tocantins. Algumas orientações partiram dos indigenistas e funcionários da FUNAI que atuavam diretamente no contato, outras foram construídas com base na realidade social dos próprios indígenas, que não estavam submissos às condições que os cercavam.

Mas a adaptação não seria fácil para os Parakanã. Os Orientais, grupo que se isolou por anos da sociedade envolvente, agora estava a poucos quilômetros dos núcleos urbanos e da rodovia Transamazônica. Além disso, os anos de tutela já haviam inseridos diversas novidades que eles não estavam dispostos a abrir mão. O contato com a sociedade foi aos poucos sendo incorporada ao cotidiano de vários indígenas que adquiriram, por exemplo, novos hábitos alimentares e praticavam o comércio de produtos da floresta para compor o sustento das famílias. A situação dos Ocidentais era mais complicada. Isolados na aldeia Maroxewara (o acesso era possível apenas por helicópteros, pequenos aviões ou por barco no período de cheia dos rios), precisariam se reinventar, pois já não tinham a liberdade de deslocamento pela floresta como no passado. Helena de Mello (1982) chama a atenção, que os Parakanã enfrentaram uma profunda alteração do seu cotidiano, principalmente com



XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO
XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

a introdução do modo de produção individual, que passou a coexistir com as questões coletivas.

Cabe destacar que Ocidentais e Orientais mantiveram muitas de suas atividades tradicionais, porém, a sociedade envolvente passou a influenciar cada vez mais o cotidiano nas aldeias. O Programa Parakanã, iniciado em 1987 e que perdura até hoje, articulou uma série de ações que visavam valorizar a cultura Parakanã e minimizar a interferência externa. As ações mais urgentes buscavam resolver o problema nutricional e amenizar os impactos que as novas doenças trouxeram à população em geral. Com o tempo a população Parakanã cresceu e novas aldeias foram constituídas, sempre respeitando a separação Ocidental e Oriental, aos poucos constituíram novas formas de vivenciar o território que lhes foi apresentado.

Sendo assim, hoje a nova territorialidade Parakanã começa a se formar através dos elementos culturais que foram preservados, na aceitação da dimensão territorial da TI, na busca por maior autonomia nas decisões internas de cada grupo de descendência e na interação com a sociedade envolvente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A territorialidade atual dos Parakanã é formada através de um emaranhado de relações, que representa a espacialidade das ações dos indígenas, que não está restrita apenas a TI, pois eles já estão envolvidos nas questões da sociedade envolvente. A terra indígena é um ponto de união entre os Ocidentais e Orientais, pois se tem o entendimento que a preservação da área é uma forma de garantir o futuro de todos os Parakanã.

Os limites territoriais criados para a proteção dos indígenas foram assimilados aos poucos, mesmo assim, eles não representaram o isolamento dos Parakanã. Os marcos instalados para delimitar área da TI, hoje estão substituídos por pastagens (das fazendas) e pela floresta que está praticamente restrita ao território indígena. Com essas marcas cada vez mais visíveis, os indígenas conseguem identificar facilmente o seu território. A materialidade da terra indígena é cada vez mais evidente, mas a territorialidade Parakanã

Realização:



não pode ser vista apenas como as práticas que eles exercem dentro deste território, inúmeros outros elementos reforçam a territorialidade indígena.

Vivenciando o território, mobilizando as lideranças para proteção e construindo novas aldeias, os Parakanã assimilaram a ideia de uma terra indígena que é referência não só material, mas também simbólica. Construíram novos vínculos territoriais com uma área que foi projetada pelo Estado brasileiro. Como lembra Álvaro Luiz Heidrich (2016), a territorialidade se constitui nos conflitos, motivações e interesses sociais de cada grupo. A realidade vivenciada pelos Parakanã nos primeiros anos de contato foi marcada pela presença de elementos distantes das antigas práticas indígenas. Ambos os grupos possuíam valores que acabaram se misturando com os aspectos da sociedade envolvente. Como nos lembra Rogério Haesbaert (2004), a ideia de híbrido é fundamental na descrição dos processos de territorialidade dos indígenas, pois a dimensão material e imaterial são inseparáveis no processo de territorialização e desterritorialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

FAUSTO, C. **Inimigos Fiéis**. História, guerra e xamanismo na Amazônia. São Paulo: Edusp, 2001.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do Fim dos Territórios a Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. O território e a nova des-territorialização do Estado. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Orgs.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2013. p.19-37.

HEIDRICH, A. L. Pode o Estabelecimento de Vínculos Territoriais Permitir a Afirmação da Diversidade e da Contestação das Hierarquias Sociais? In: IV SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES, IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE MICROTERRITORIALIDADES NAS CIDADES:



XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO
XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

Visibilidades, Escalas Geográficas e Desafios Metodológicos, 2016, Ponta Grossa. **Anais...** Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, 2016. p.8-23.

MELLO, H. S. Parakanã: A etnicidade de Tapiipi e Aputerewa. **Revista de Atualidade Indígena**, Brasília, n.23, p.54-62, 1982.

RICARDO, C. A. (Org.). **Povos Indígenas do Brasil**: Sudeste do Pará – Volume 8. São Paulo: CEDI, 1985.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação para a Análise de Dados Qualitativos. In: IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, 2013, Brasília. **Anais...** Brasília: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD, 2013, p. 1-14.

Realização:

